



TERMO DE FOMENTO Nº 08/ 2020-PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, com CNPJ 21.672.486/0001-84, doravante denominado **CONCEDENTE** e a ASSOCIAÇÃO JOAÇABA ESPORTE E CULTURA – AJEC, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 06.066.796/00001-61, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, 77, sala 201, Centro, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. MAICON EDUARDO BORTOLUZ, doravante denominada **CONVENENTE** que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições e em atendimento à Lei nº 4.320/64, Lei Federal nº 13.019/2014, obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/2012 e Instrução Normativa da Coordenadoria do Controle Interno de Joaçaba 01/2014, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 07/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Termo de Fomento visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE, parte integrante deste Termo, cuja finalidade é a realização “**Futsal para todos**”, a ser executado pela CONVENENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS

2.1 DO VALOR: R\$

I - O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ 50.000,00, em 03(três) parcelas de R\$ 16.700,00 e duas de R\$ 16.650,00, nas datas de 10 de fevereiro de 2020, 08 de junho de 2020 e 10 de setembro de 2020, respectivamente, em conformidade com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

II - O CONCEDENTE cederá o profissional de educação física, o servidor Michel Petri Dalapria com carga horária de 40h semanais perfazendo um total de R\$ 34.996,32 a título de recursos humanos.

III - Este Termo de Fomento, compreendendo repasse financeiro e cessão de profissional de educação física, perfaz o valor total de R\$ 84.996,32.

IV - A CONVENENTE empregará como contrapartida no projeto o valor de R\$ 10.000,00 em parcela única previstas para o exercício de (ano), em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

2.2 DESPESAS

I) As despesas provenientes da execução deste Convênio serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária da Unidade Fundo Municipal de Esportes, do Orçamento do exercício financeiro de 2020:

- Órgão: 12 FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
- Unidade Orçamentária: 01FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
- Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃODAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
- Dotação: 983.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES



3.1 DA CONVENIENTE

- I - Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo I do presente Termo;
- II - Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Joaçaba, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;
- III - Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste Termo;
- IV - Devolver os recursos de rendimento da aplicação financeira, ou aplicar no objeto de repasse, prestando contas de sua utilização;
- V - Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;
- VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;
- VII - Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;
- VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;
- IX - Permitir livre acesso aos agentes da administração pública, Controle Interno e Tribunal de Contas do Estado.
- X - Realizar o controle da jornada de trabalho do servidor cedido, apresentando seu espelho de ponto assinado à Superintendência de Esportes, no primeiro dia útil do mês subsequente ao laborado e, posteriormente na prestação de contas de cada parcela e final.

3.2 DO CONCEDENTE

- I - Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste convênio, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;
- II - Publicar extrato resumido do Termo de Fomento;
- III - Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer a cada prestação de contas, de acordo com a Lei Municipal 5250/2019 que dispõe sobre o Sistema Municipal de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação.
- IV - Proceder a cessão do servidor Michel Petri Dalapria à CONVENIENTE, na carga horária de 40h horas semanais, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Termo deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, de forma individualizada.

A prestação de contas deverá ser apresentada até as seguintes datas:

- a) Prestação de Contas Primeira Parcela: **08 de maio de 2020**;
- b) Prestação de Contas Segunda Parcela: **09 de agosto de 2020**;
- c) Prestação de Contas Terceira Parcela: **10 de dezembro de 2020**.

Para prestar contas a CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

- I - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;



II - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;

III - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

IV - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

V - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;

VI - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;

VII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

VIII - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

IX - Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução. O relatório deve apresentar, se for o caso, de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especiais ou de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha;

X - Emissão do parecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;

XI - Relatório de presença (ficha de chamada) de cada encontro/treinamento realizado pela OSC, relatório de atividades, fichas de cadastro de alunos/atletas e espelho de ponto do profissional cedido quando for o caso.

XII - Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

I - O acompanhamento da execução física do objeto será realizado pelo CONCEDENTE, por meio da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

II - A Comissão de Monitoramento e Avaliação será estabelecida observadas as normas da Lei 5.250/2019;

III - A comissão acima designada deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o descrito no Item 10 do Edital de Chamamento nº 07/2019/PMJ:

a) Primeira parcela: 10/02/2020;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES**

4

- b) Segunda parcela: 08/06/2020;
- c) Terceira parcela: 10/09/2020.

Com exceção dos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
- III - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROIBIÇÃO

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITO DE PROPRIEDADE

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento é de 30/01/2020 a 20/12/2020, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

10.1 DA RESPONSABILIDADE DA CONVENENTE

- I - Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENENTE, restituição do valor total do fomento ou da respectiva parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;
- II - Até a regularização da prestação de contas pendente, fica bloqueada a liberação das parcelas subsequentes;
- III - É de responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

10.2 DA RESPONSABILIDADE DO CONCEDENTE

- I - O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;
- II - Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas



Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina –
Instrução Normativa 13/2012.

10.3 DAS SANÇÕES

I - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - As sanções administrativas cabíveis, garantida a prévia defesa, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Inidoneidade – todas as esferas de governo;
- c) Suspensão temporária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciadas por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

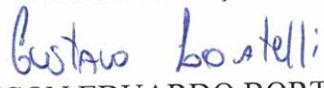
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Joaçaba(SC), 23 de janeiro de 2020.


Dioclésio Ragnini
Prefeito de Joaçaba SC


MAICON EDUARDO BORTOLUZ
Presidente


Rony Edson Lenz
Superintendente
Superintendência de Esportes

